



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata Nº 03/2018

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas onze horas, reuniu na Biblioteca Nuno Portas, sita na Escola de Arquitetura da UMinho, Campus de Azurém - Guimarães, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

= Reunião aberta ao público =

1. Informações;
2. Aprovação da ata número 2, referente à reunião do Conselho do dia 12/03/2018;
3. Relatório de atividades da UMinho 2017;
4. Relatório de contas da UMinho 2017;
5. Relatório de atividades dos SASUM 2017;
6. Relatório de contas dos SASUM 2017;
7. Proposta de Concurso a Projetos de Investigação promovidos pelo Conselho Geral da UMinho - Corpo docente: caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento.

= Reunião reservada ao Conselho =

1. Funcionamento do Conselho Geral;
2. Apreciação da proposta de criação de subunidade orgânica:
Escola de Engenharia – Centro de Microssistemas Eletromecânicos (CMEMS);
3. Apreciação da proposta de alteração de designação de subunidade orgânica:
Escola de Engenharia – Centro de Tecnologias Mecânicas e de Materiais (CT2M) para Centro de Engenharia Mecânica para a Sustentabilidade de Recursos (MEtRICs);
4. Proposta de fixação do valor das propinas dos cursos do 1º ciclo e de mestrado integrado para o ano letivo 2018/19;
5. Proposta de fixação do valor das propinas para os cursos dos 2º e 3º ciclos de estudos para o ano letivo 2018/19;
6. Proposta de fixação do valor das propinas do estudante internacional para o ano letivo 2018/19;
7. Proposta de alteração aos Estatutos dos SASUM;
8. Proposta de alteração do Regulamento Orgânico dos SASUM;
9. Proposta de aquisição de terrenos junto ao Campus de Gualtar (Quinta do Maragato);
10. Proposta de aquisição do edifício do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, sito no AvePark;
11. Conselho de Ética – proposta do Reitor, nos termos do n.º 2 do art.º 72.º dos Estatutos da UMinho.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanróman, Eugénio Ferreira, Isabel Soares, João Cerqueira, Joaquim Rocha, Luís Amaral, Manuel Costa, Maria Helena Guimarães, Óscar

Gonçalves, Patrícia Jerónimo Vink, Rui Ralha, Sandra Paiva, Bruno Gonçalves, Nuno Reis, Victor Soares, Maria da Graça Coelho, Manuel Carvalho da Silva e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros Inês Silva, Maria José Costa, José Teixeira e Paula Silva. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata (anexo I).

O Presidente cumprimentou os presentes, assim como os membros da Comunidade Académica que acompanhavam a reunião através da transmissão, e agradeceu à presidência da Escola de Arquitetura a cedência do espaço para a realização da reunião. De seguida, iniciou a ordem dos trabalhos referentes ao período aberto ao público dando a palavra ao Reitor para a transmissão de um conjunto de informações.

1. Informações

O Reitor procedeu à projeção do documento referente às informações, sinalizando alguns dos aspetos da vida universitária por ele considerados importantes. Fez referência aos diferentes eventos levados a cabo no período de janeiro a maio e transmitiu que haviam sido enviados para publicação no Diário da República os primeiros editais para a abertura de concursos no âmbito do emprego público científico. Referiu também a candidatura da UMinho à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) na modalidade institucional a projetos nas áreas das Ciências da Vida e Biologia e Biotecnologia; das Ciências e Tecnologia e das Ciências Sociais e Humanas e informou que os resultados destes concursos deverão ser conhecidos nos próximos dias, estando propostas 60 posições que podem revestir a figura de docentes ou investigadores.

Transmitiu a assinatura da escritura do Laboratório Colaborativo em Transformação Digital e a decisão da UMinho em acolher a sede europeia da Infraestrutura de Investigação de Recursos Microbianos (MIRRI). Deu conhecimento da deslocação à Universidade de S. Paulo, por ocasião da tomada de posse do Reitor, na qual foi possível estabelecer uma parceria estratégica através da criação de um fundo comum que permitirá alicerçar projetos de investigação conjuntos. Focou também a visita à Universidade de Mackenzie, durante a qual foi possível discutir novas possibilidades de colaboração.

Deu ainda a conhecer os resultados dos programas de financiamento a projetos FCT, tendo sido aprovados 149 projetos, dos quais 123 com coordenação da UMinho, e que implicam um financiamento para a UMinho na ordem dos 27 milhões de euros.

De seguida dirigiu-se ao Conselho para dar informações sobre três áreas que considerou particularmente importantes e que têm suscitado preocupação nos membros da comunidade académica: o emprego científico; as valorizações remuneratórias e o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

No que respeita ao emprego científico, informou que foram identificados todos os bolseiros investigadores em condições passíveis de enquadramento no Decreto-Lei 57/2016, de 29 de agosto, o qual procura resolver as situações de vínculo precário de investigadores. No caso da UMinho são 136 as posições que cumprem os requisitos, isto é, são bolseiros investigadores financiados direta ou indiretamente pela FCT e, face ao

escalonamento do processo levado a cabo pela UMinho, algumas destas situações foram já validadas pela FCT. A UMinho deverá proceder à abertura dos concursos para o preenchimento das 136 posições, sendo que a FCT já se mostrou disponível para estabelecer contratos/programas prévio no âmbito da execução daquela norma transitória. Ainda neste âmbito, deu conhecimento de que existe uma situação crítica referente a 30 bolseiros investigadores que, embora enquadráveis no diploma, não foram financiados direta ou indiretamente pela FCT e esta não os considera elegíveis, no que respeita ao financiamento, no contrato programa a estabelecer. Disse tratar-se de investigadores financiados por verbas provenientes do programa Horizonte 2020 e que vai ser necessário abrir estas posições, a lei assim o obriga, mas não está claro quem as vai financiar. Salientou o facto de a UMinho não ter capacidade de suportar estas contratações na medida em enquanto que nas outras situações é clara a assunção da responsabilidade pela FCT, nestas não.

Relativamente às valorizações remuneratórias, disse ter recebido vários pedidos de esclarecimento por parte de docentes sobre a decisão da UMinho sobre esta matéria. Fez referência ao facto de a Lei do Orçamento de Estado (OE) determinar que nas situações em que os docentes obtiveram seis anos com avaliações de excelente há lugar, obrigatoriamente, ao reposicionamento na carreira e a valorizações remuneratórias. Esta interpretação está consensualizada e assumida pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e os Reitores assumiram coletivamente a intenção de proceder às valorizações remuneratórias de todos aqueles que preencham estas condições. Na UMinho está concluído o processo de avaliação de 2012/2014 e em fase de conclusão o de 2015/2017, findo o qual a UMinho procederá aos respetivos pagamentos. Sobre o modo de concretização, referiu os impactos financeiros significativos no orçamento da UMinho e que importa saber se esses impactos estão cobertos pelo contrato firmado pelo Governo e as Instituições de Ensino Superior. No que respeita às valorizações decorrentes do processo de avaliação no período de 2004 a 2011, afirmou que estas só poderão ser atribuídas desde que haja um despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a fixar o valor a disponibilizar para este efeito.

A UMinho procedeu a uma avaliação interna do impacto do pagamento das valorizações obrigatórias, o qual se traduz em cerca de meio milhão de euros no ano de 2018 e um pouco mais de um milhão de euros em 2019. Em abril o CRUP recebeu uma indicação do Ministério das Finanças e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de que seria realizado um descongelamento faseado em 2018, sendo disponibilizados um total de 6 milhões e 700 mil euros, cabendo ao CRUP a definição do critério de distribuição deste montante pelas diferentes instituições. O critério adotado foi o de considerar a massa salarial associada aos docentes em cada instituição, o que no caso da UMinho corresponde a 7,5%, valor que fica muito aquém daquele que foi calculado internamente. Em maio foi recebido um pedido de informação, na qual as instituições tiveram de apresentar para cada trabalhador docente e não docente, de forma detalhada e justificada, qual o valor a receber.

Neste exercício a UMinho considerou não só as alterações obrigatórias, mas também as alterações decorrentes das do eventual despacho conjunto, tendo sido apurado, para o ano de 2018, o valor de 870 mil euros correspondente aos trabalhadores docentes e 266 mil euros para os trabalhadores não docentes e não



investigadores. Esta informação será remetida ao Ministério das Finanças e espera-se que o valor seja atribuído à UMinho.

Quanto ao PREVPAP, disse entender que este mecanismo é apenas aplicável ao quadro das carreiras gerais e nas especiais, excluindo-se assim os docentes e investigadores. Informou que foram registados na plataforma 283 casos, os quais foram analisados individualmente pela equipa reitoral e pelo Administrador da UMinho de modo a aferir quais os que correspondem ao que está previsto na legislação, assim como às necessidades efetivamente permanentes. Desta análise resultou a identificação de 110 posições que deverão ser convertidas em relações laborais estáveis. Em sede de Comissão de Avaliação Bipartida foram já analisados 135 casos, dos quais 50 foram alvo de decisão de integração favorável de ambas as partes e 1 caso com decisão favorável da Comissão e desfavorável da UMinho. Os restantes 84 casos foram considerados não passíveis de integração e a análise dos casos relativos aos professores e investigadores será ainda mais problemática. Referiu, no entanto, situações de docentes convidados que poderão configurar necessidades permanentes, mas reiterou o entendimento de que o programa não é adequado a estas carreiras. Por último, disse ser o seu entendimento e o da sua equipa que o PREVPAP se apresenta como um instrumento de gestão e é visto como uma oportunidade para reconfigurar o corpo dos trabalhadores não docentes da UM.

O Presidente agradeceu a exposição do Reitor e felicitou-o pela quantidade de elementos positivos da UMinho e abriu o debate.

O Conselheiro Óscar Gonçalves sugeriu ao Reitor a dispensa de se dirigir ao Conselho para transmissão de informações, e referiu que, dada a relevância das matérias abordadas por último pelo Reitor, estas deveriam ter sido agendadas como pontos distintos e não incluídos nas informações. Agradeceu a nota recebida sobre o serviço de Medicina no Trabalho e referiu-se de seguida à Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território, cuja proposta de criação está já aprovada desde 2015 e aguarda apenas a abertura de vagas. Mencionou o facto de o projeto desta licenciatura ter envolvido sete UOEL e solicitou ao Reitor informação sobre o acompanhamento dado pelo Reitor a esta situação dado que, de acordo com documento publicado na Direção Geral do Ensino Superior, não são contempladas vagas para este curso.

O Reitor afirmou que o seu interlocutor privilegiado é o Conselho Geral e entendeu que, dado tratar-se de matérias de grande sensibilidade, antes de se dirigir à Academia deveria informar o Conselho. Quanto ao serviço da Medicina do Trabalho, informou que de acordo com as disposições do Código dos Contratos Públicos a empresa prestadora não podia continuar a prestar o serviço, tendo sido aberto um concurso ao qual se candidataram cinco empresas. A seleção foi já feita e a decisão foi no sentido de garantir uma maior poupança para a Universidade. No que respeita à Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território, informou que a mesma está no quadro das negociações com a Tutela e estão a ser realizadas todas as diligências possíveis junto do Ministério para que a abertura desta Licenciatura, assim como a Licenciatura em Artes Visuais, possa ainda acontecer este ano.



O Conselheiro Victor Soares usou da palavra para informar de que é sua intenção na próxima reunião ordinária do Conselho agendar um ponto destinado à revisão dos Estatutos da UMinho de modo a serem contempladas as seguintes situações: i) alteração da composição do CGeral, para que nela figurem dois elementos representantes dos trabalhadores não docentes e não investigadores; ii) inclusão da Comissão de Trabalhadores, cujo processo de constituição e regulamentação continua a evoluir; iii) solicitar a alteração da designação dos trabalhadores não docentes. Informou ainda que todas as propostas a submeter à apreciação do Conselho serão devidamente instruídas.

A Conselheira Helena Guimarães solicitou ao Reitor informação sobre a previsão para a notificação dos docentes sobre os pontos que lhes foram atribuídos, tendo o Reitor respondido que muito proximamente será realizada essa comunicação, dado que o exercício para cada docente já está concluído.

O Conselheiro Manuel Carvalho da Silva saudou a exposição das três últimas áreas apresentadas pelo Reitor e realçou a importância de conhecer os vários cenários para minimizar os problemas. Reforçou a importância do curso de Proteção Civil e o contributo fundamental que as Universidades públicas podem dar nesta área.

A Conselheira Isabel Soares interpelou o Reitor sobre as ações que estão a ser levadas a cabo na UMinho com vista à aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), concretamente no que concerne à sua aplicação na atividade dos Centros de Investigação, dado que o regulamento exige medidas que são fundamentais para que a investigação seja levada a cabo.

O Reitor disse tratar-se de uma matéria de grande importância e delicadeza e que o novo quadro legislativo terá um grande impacto nas várias áreas de atuação. Realçou o papel do encarregado de proteção de dados, cuja função terá uma grande expressão, e referiu que o Vice-Reitor responsável pela implementação do novo regulamento está devidamente habilitado para estas matérias e sugeriu a presença do mesmo numa próxima reunião para explicar o processo.

2. Aprovação da ata número 02/2018

O Presidente colocou à votação a ata número 02/2018, referente à reunião do dia 12/03/2018, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

3. Relatório de atividades da UMinho 2017

O Reitor contextualizou as opções tomadas na elaboração do relatório, dado que no período em análise apenas exerceu funções no cargo de Reitor um mês, e salientou de seguida algumas das áreas com mais projeção e impacto. Ao nível da educação, evidenciou o processo de contínua consolidação da UMinho em termos de números de estudantes (18500 estudantes de grau), dos quais 10% corresponde a estudantes de doutoramento, o que entendeu ser um número expressivo. Considerou que a oferta educativa está estabilizada, muito embora a UMinho esteja atenta a novas oportunidades, sobretudo ao nível dos Mestrados e Doutoramentos, e mostrou preocupação nas perdas por abandono escolar.



Em matéria de diplomados, transmitiu que foi atingido o número mais elevado de sempre (4384), dos quais 224 dizem respeito a diplomas de doutoramento, número este que considerou possível aumentar com a ajuda da Escola Doutoral e da monitorização dos percursos académicos.

Ao nível da investigação, referiu a existência de um quadro positivo para a UMinho, na medida em que esta tem cada vez mais expressão em termos de número de unidades a intervir em candidaturas e obter projetos aprovados. Destacou o volume de financiamento expressivo que a UMinho tem vindo a obter nos vários programas e a capacidade que a comunidade de investigação revela em rentabilizar os programas colocados ao seu dispor.

Considerou ser um bom indicador do incremento da atividade científica na UM o facto de, em 6 anos, o número de bolseiros ter duplicado, facto por ele considerado justificado pelos projetos de grande envergadura e com impacto no tecido empresarial.

No que concerne à interação com a sociedade, considerou que a UMinho possui uma estrutura de promoção da atividade cultural muito sólida e referiu-se ao bom posicionamento da UMinho nos rankings internacionais, e aos projetos Alumni e Fundraising, sendo que este último começa já a ter resultados muito positivos, concretamente ao nível das doações.

Disse constituir elemento de reflexão o facto do número de bolseiros dos Serviços de Ação Social ser muito elevado, assim como a necessidade de fomentar o apoio à atividade desportiva, que se poderá constituir como uma mais valia para a comunidade, e destacou a qualificação dos trabalhadores não docentes e não investigadores na medida em que 50% dos mesmos possuem formação superior (licenciatura, mestrado e doutoramento).

Terminada a exposição, o Presidente abriu o debate.

O Conselheiro Óscar Gonçalves referiu-se ao facto de o relatório ser rico em descrição, mas parco nos aspetos interpretativos. Entendeu que são apresentados um conjunto de números que carecem de um enquadramento narrativo e interpretativo. Sugeriu que o relatório de atividades de 2018, já sob inteira responsabilidade da atual reitoria, desenvolva alargadamente os aspetos importantes apresentados pelo Reitor na presente reunião, traduzindo uma reflexão interpretativa dos mesmos.

A Conselheira Sandra Paiva aludiu ao facto de o Reitor ter feito referência ao incremento verificado na atividade da investigação, mas disse temer que esta tendência possa ser comprometida pela conjuntura atual que criou vários constrangimentos, nomeadamente na aquisição de reagentes, que é algo que atualmente preocupa seriamente muitos docentes, investigadores e alunos. Disse ter conhecimento da preocupação do Reitor para com esta situação, e solicitou o ponto da situação sobre o que está a ser feito pela Reitoria, pelo CRUP para facilitar e melhorar a atividade de investigação levada a cabo na universidade.

O Conselheiro Manuel João Costa agradeceu ao Reitor o facto de este ter procurado disponibilizar de forma rigorosa a informação referente a um período no qual não exercia ainda as funções. Saliu a ausência de



carater interpretativo do relatório e disse que, uma vez que este será divulgado publicamente, seria bom nele reafirmar algumas ideias base como por exemplo a internacionalização e a requalificação do corpo não docente. Referiu-se ao facto de o relatório não fazer referência à génese do Centro IDEA e entendeu que a heterogeneidade da informação relativa às UOEl dificulta a análise dos dados. Sugeriu a existência de uma base comum a preencher pelas diferentes Unidades permitindo assim uma versão mais transversal. Entendeu também a necessidade de, em relatórios futuros, serem repensados os indicadores para a investigação (ex: produtividade) e entendeu que este relatório deve constituir um instrumento de gestão para a UMinho afirmar a sua missão e a sua visão, pelo que sentiu falta da explicitação a médio e longo prazo daquilo que é pretendido para a universidade como atividades fundamentais.

O Conselheiro Victor Soares saudou o esforço que foi feito no sentido do aumento da diversificação das ações de formação dos trabalhadores não docentes e não investigadores, bem como a maior articulação entre os serviços centrais e as UOEl para orientar essas formações às reais necessidades em contexto de trabalho. Salientou a importância dos programas de mobilidade dos trabalhadores não docentes e não investigadores, os quais considerou constituírem-se como mais valia para a UMinho, na medida em possibilitam aos trabalhadores a troca de experiências, o enriquecimento pessoal e profissional. Apelou aos responsáveis dos serviços para que autorizem e facilitem aos seus colaboradores a oportunidade de integração nestes programas.

Interveio de seguida o Conselheiro Bruno Gonçalves, o qual cumprimentou os presentes e toda a Comunidade Académica, e disse que a análise destes documentos constitui um momento de balanço sobre a passagem ao regime fundacional. Destacou o facto de a receita por via das propinas ter aumentado em termos percentuais em valor superior ao da receita global da UMinho e referiu-se à diminuição da dotação orçamental e do saldo de gerência, o que, no seu entender, comprova a desresponsabilização do Estado e afasta as instituições da gratuidade do ensino previsto na Constituição, obrigando as famílias dos estudantes a grandes esforços financeiros. Chamou ainda a atenção para o facto de o valor médio das bolsas dos Serviços de Ação Social ter vindo a descer desde 2009/2010, por contraposição com o aumento significativo de candidatos. Enalteceu o trabalho de excelência realizado pela Associação Académica e pelos Serviços de Ação Social no que respeita à interação com a sociedade, consagrando assim a UMinho como a instituição mais ativa da Europa. Por último, questionou o Reitor sobre o trabalho desenvolvido, no âmbito do Consórcio UNORTE, no que respeita ao ensino à distância.

O Reitor agradeceu os comentários ao documento e afirmou que o relatório de atividades tem, ao longo dos últimos anos, vindo a aumentar o grau de transparência na informação prestada sobre a atividade da Universidade. Disse também que dos indicadores analisados é possível verificar que a universidade, apesar das adversidades, se move na direção certa, e que este resultado positivo se deve, em grande parte, ao envolvimento de toda a Comunidade Académica. Reconheceu a existência de lacunas no documento, as quais



serão sanadas antes da sua publicação, e concordou com a necessidade de rever os indicadores relativos à investigação.

No que respeita ao ensino à distância, considerou como principal obstáculo a ausência de legislação, e informou que foi enviada ao Ministério da Tutela uma proposta de regulamentação com vista a eliminar o atual quadro de instabilidade. Recordou que na UMinho esta modalidade de ensino é apenas ministrada a cursos não conferentes de grau e de que, em sede do Consórcio UNorte, esta matéria tem sido alvo de grande reflexão. Em resposta à Conselheira Sandra Paiva, referiu-se ao facto de, apesar dos excelentes resultados obtidos ao nível da aprovação de projetos de investigação, a UMinho se encontrar numa situação difícil por força da aplicação do novo Código dos Contratos Públicos (Código), diploma que releva um desconhecimento das especificidades das atividades levadas a cabo nas instituições de ensino superior, criando assim constrangimentos muito sérios no funcionamento normal dessas instituições, assim como efeitos perversos na economia regional. As principais dificuldades centram-se no processo de aquisição dos materiais que alicerçam a investigação (ex: consumíveis) e viagens no âmbito das atividades dos projetos. Afirmou que antes da entrada em vigor do novo Código o processo de aquisição destes bens e serviços era gerido por interação com empresas locais e que agora, por imposição da lei, existe a obrigatoriedade da abertura de concursos os quais são, na sua maioria, ganhos por empresas sediadas em Lisboa. No caso dos reagentes, o processo concursal criou grandes dificuldades, conduzindo mesmo a uma quase paralisação da atividade laboratorial.

Informou os presentes de que estão em curso várias ações junto do Governo para sinalizar os problemas ocorridos, estando anunciada uma revisão do Código de modo a nele enquadrar devidamente a atividade das universidades e de que, ao nível interno, se procedeu a um reforço da estrutura de apoio à contratação pública por forma a agilizar todos os processos nela envolvidos.

O Conselheiro Nuno Reis interveio para solicitar ao Reitor informações sobre as medidas que estão a ser realizadas com vista ao melhoramento das acessibilidades nos diferentes *campi* da Universidade, as quais têm criado grandes constrangimentos aos estudantes com problemas de mobilidade. Referiu não ter sido possível obter esta informação nos relatórios de atividades do Gabinete para a Inclusão, gabinete responsável por garantir o acompanhamento desta matéria, dado que os relatórios disponíveis terminam no ano de 2014. O Reitor informou que está a ser feito um grande esforço para a eliminação de barreiras e que se inteirará das situações ocorridas mais recentemente para a atuação em conformidade.

O Presidente resumiu a apresentação e solicitou ao Reitor que o relatório de atividades de 2018, a apresentar ao Conselho no próximo ano, enfatize a parte interpretativa e tenha em consideração as recomendações feitas pela Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros.

De seguida foi colocado à votação o Relatório de Atividades 2017 da UMinho, o qual foi aprovado por unanimidade.

4. Relatório de contas da UMinho 2017

Para proceder à apreciação do Relatório de contas da UMinho 2017 o Presidente solicitou a presença do Administrador da UMinho, Eng.º José Manuel Fernandes.

O Administrador fez uma exposição na qual deu a conhecer os principais indicadores financeiros e realçou o facto de ter sido respeitado o equilíbrio orçamental. Relativamente à receita, referiu que esta tem a sua origem no Orçamento de Estado e nos valores provenientes do recebimento das propinas e dos projetos de investigação e desenvolvimento (I&D).

No que respeita à despesa, salientou o facto de as despesas com o pessoal terem sofrido um acréscimo significativo, em grande parte por via da eliminação da reversão remuneratória e pela contratação do pessoal investigador e docentes. Apresentou de seguida, e de forma detalhada, a análise orçamental do período de 2014 a 2017, na qual foi possível conhecer as principais fontes de receita e de despesa.

O Conselheiro Joaquim Rocha cumprimentou todos aqueles que, presencialmente ou via transmissão, acompanhavam a reunião e agradeceu à presidência da Escola de Arquitetura o facto de acolher nas suas instalações o Conselho. Recordou que a função do Conselho na apreciação específica do relatório de contas é apenas de controlo global financeiro, e afirmou que a sua análise não se centrará na conformidade final ou financeira dos dados, uma vez que esse controlo é realizado por instâncias próprias, nem sobre as opções concretas da gestão política, competências essas, neste caso concreto, dos dois Reitores com funções no ano de 2017. Louvou o documento por este apresentar com clareza e detalhe de especificação a prestação das contas e por, comparativamente com outras instituições, constituir um bom exemplo. Ao nível da receita, mostrou-se apreensivo pelo facto de o abandono do financiamento por via do Orçamento do Estado (OE) ser entendido como favorável, sendo o seu entendimento de que este pressuposto poderá implicar no futuro maiores e mais significativos cortes. Referiu ainda que se o financiamento da UMinho não depender do OE as opções que restam serão a sobrecarga para os alunos por vias das propinas, o que lhe parece de todo impossível face aos grandes esforços a que as famílias são já submetidas, ou por via dos docentes, através dos seus projetos e prestação de serviços, colocando-os num papel de angariadores de financiamento. Ao nível da despesa, solicitou esclarecimentos sobre a externalização dos serviços, designadamente, se se trata de serviços administrativos propriamente ditos, de serviços de manutenção e gestão ou serviços ligados à investigação. Referiu-se ainda aos passivos contingentes, decorrentes de um número elevado de litígios, e questionou se estes poderiam ser evitados com recurso a processos de negociação.

O Reitor recordou as dificuldades de subfinanciamento vividas pelas universidades portuguesas, e as da UMinho em particular, e lembrou que a fórmula de atribuição do financiamento foi alterada, não sendo agora tido em consideração o aumento do número de estudantes, facto que em muito penaliza as instituições. Perante esta situação, a UMinho, sem descurar o lado reivindicativo junto do Governo, tomou iniciativa de procurar outras fontes de financiamento e os resultados estão a ser muito bons. Referiu ainda o facto de a UM



estar a realizar mais captação de financiamento na investigação em detrimento da prestação de serviços, o que denota uma aposta naquele que é o cerne da missão da Universidade.

No que respeita aos passivos contingentes, informou que a litigância é mais passiva do que ativa, e que estes decorrem da necessidade da UMinho responder a ações com as quais é confrontada.

Relativamente à externalização dos serviços, o Administrador informou que a UMinho tem apenas um contrato de avença de serviços, o qual diz respeito a uma obrigação legal de manutenção dos postos de energia da Universidade. A lei obriga a que seja uma entidade externa a certificar e validar a adequação dos postos de acordo com a norma da Direção Geral de Energia.

O Presidente deu a palavra ao Conselheiro Luís Amaral que informou do parecer global sobre o Relatório de Atividades e Contas da UMinho e solicitou que a versão final do mesmo tivesse em consideração as recomendações constantes no parecer da Comissão.

O Presidente deu a conhecer o parecer favorável dos Membros externos e colocou o relatório de contas à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos foram interrompidos para o intervalo de almoço às 14h00.

5. Relatório de atividades dos SASUM 2017 e 6. Relatório de contas dos SASUM 2017

O Presidente retomou os trabalhos às 15h00 e solicitou a presença do Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), Prof. Doutor António Paisana, para efetuar a apresentação do Relatório de Atividades e de Contas 2017 daqueles serviços e pediu aos Conselheiros para que a apreciação fosse realizada em simultâneo.

O Administrador expôs sucintamente o relatório de atividades referindo-se à estrutura organizacional, à caracterização dos recursos humanos e das diferentes áreas de atuação dos serviços, bem como das infraestruturas neles existentes. Apresentou de seguida algumas das linhas de orientação dos serviços, fez um breve resumo do desempenho dos diferentes departamentos e salientou o facto de o número de pedidos para acesso ao Fundo Social de Emergência ter diminuído significativamente.

No que respeita ao relatório de contas, evidenciou os principais indicadores financeiros, designadamente, a evolução da receita e a distribuição das receitas próprias; a distribuição das despesas com pessoal, com o funcionamento geral e as despesas de capital. Apresentou a análise orçamental por fluxos de caixa, assim como a análise patrimonial ao nível dos proveitos, dos custos, do ativo, do passivo e dos fundos próprios.

Finda a apresentação o Presidente agradeceu a exposição realizada e abriu o debate.

O Conselheiro Óscar Gonçalves agradeceu ao Administrador a exposição clara das atividades realizadas ao longo do ano de 2017, e recordou o facto de essas atividades não terem sido realizadas na vigência do seu mandato. Elogiou o documento remetido ao Conselho, o qual entendeu espelhar uma longa história de

excelência dos SASUM. Referiu-se de seguida ao facto de até 2015 o serviço de Medicina de Trabalho de todos os trabalhadores da universidade ter sido assegurada pelos SASUM, serviço que entendeu ter sido sempre disponibilizado de forma exemplar, passando este posteriormente a ser gerido pela Direção de Recursos Humanos da UMinho, e sugeriu ao Administrador um papel proactivo no sentido de recuperar a prestação deste serviço pelos SASUM. Enalteceu as parcerias que exemplarmente os serviços estabelecem, principalmente aquelas com envolvimento de toda a Comunidade Académica, mas chamou a atenção para o facto de a qualidade de algumas das atividades de formação promovidas pelos SASUM ser questionável. Apresentou alguns exemplos nos quais as formações promovidas com recurso a formadores externos, em detrimento dos especialistas altamente qualificados pertencentes à Escola de Psicologia e à Escola de Medicina, não apresentaram o enquadramento técnico científico adequado.

O Conselheiro Nuno Reis disse que da leitura do documento é possível verificar um claro aumento da venda de senhas em pack e para refeições de prato simples, em detrimento das senhas individuais, o que denota que os estudantes estão a optar por refeições mais económicas, tornam-se assim urgente a estabilização do preço da senha da cantina. Referiu-se ainda à necessidade de rentabilizar as unidades que não têm taxa de cobertura de 100%, como é o caso dos restaurantes Grill e Panorâmico. No que respeita ao alojamento, mencionou o facto de a taxa de ocupação das atuais residências ser de quase 100% (99,33%) e, tendo em consideração a previsão do aumento do número de estudantes já no próximo ano letivo, questionou quais as medidas que estão a ser equacionadas para prevenir uma eventual falta de alojamento. Solicitou também esclarecimentos sobre as estratégias que estão a ser projetadas junto das Câmaras Municipais de Braga e Guimarães para a reabilitação de imóveis para residências universitárias e se há previsão para canalização de verbas do Fundraising para o alojamento universitário.

O Conselheiro Bruno Gonçalves secundou a intervenção do Conselheiro Nuno Reis e questionou o Reitor sobre a abordagem levada a cabo juntos dos municípios de Braga e de Guimarães para a implementação do Plano Nacional de Alojamento.

O Conselheiro Victor Soares expôs ao Administrador a preocupação existente no seio da Comunidade Académica face à dificuldade em aceder, em horários compatíveis, a determinados equipamentos desportivos por força da intensificação dos protocolos celebrados com entidades externas, designadamente, a Câmara Municipal de Braga e o ABC, em prejuízo para os utentes diretos que são os estudantes e os trabalhadores da UMinho. Neste âmbito, solicitou informação sobre se esta cedência de espaço tem contrapartidas e, em caso afirmativo, quais. Aludiu de seguida ao facto de 60% dos trabalhadores dos SASUM auferirem o salário mínimo, situação que tem vindo a aumentar o nível de desmotivação no desempenho das suas funções, como poderá ser comprovado pelo elevado grau de absentismo, forte adesão à greve e, em alguns casos, procura de outros serviços para iniciar uma nova carreira profissional. Pareceu-lhe necessária a realização de um estudo com esses trabalhadores, no sentido de procurar implementar medidas que possam melhorar as suas condições.

Em resposta às questões colocadas, o Reitor recordou que o parque de residências está em ocupação plena e mostrou a sua preocupação face à previsão do aumento de estudantes e a crescente procura de alojamento por parte dos estudantes internacionais. Informou que a iniciativa do Governo relativa ao fundo de reabilitação do edificado abre a hipótese de reconversão de edifícios pertencentes à UMinho, encontrando-se em análise o enquadramento neste programa do edifício sito na Rua D. Afonso Henriques.

Transmitiu que, no âmbito do Plano Nacional de Alojamento, foi já estabelecido o contacto com a Câmara Municipal de Guimarães, cujos interlocutores se mostraram entusiasmados em explorar a aquisição/reabilitação de edifícios para o alojamento universitário, e que os contactos com a Câmara Municipal de Braga terão início na próxima semana. Relativamente à canalização de verbas provenientes do Fundraising, deu a conhecer a existência de uma individualidade interessada em prestar apoio na área das residências e que serão estudadas, em colaboração com o Administrador dos SASUM, os projetos a desenvolver.

Quanto à alimentação, referiu não ser o seu entendimento de que o aumento do preço nos locais com menor ocupação seja a solução ideal e, no que se refere à situação dos trabalhadores dos SASUM, pareceu-lhe que estes estão comprometidos com os objetivos do serviço, o que se traduz nos excelentes resultados obtidos. Referiu ainda o envolvimento de todas as UOEI em ações orientadas para as várias atividades da UMinho, designadamente, as Escolas de Arquitetura e de Engenharia nas intervenções do edificado e a Escola de Ciências na reabilitação do coberto vegetal dos *campi*.

O Administrador informou que, no âmbito da planificação das atividades dos serviços, estão a ser realizadas várias reuniões com os diferentes presidentes das UOEI para identificação de projetos a empreender em conjunto, o que permitirá uma maior proximidade com a comunidade científica e assim melhorar a qualidade das formações/iniciativas a promover. Deu também a conhecer os projetos sobre as ementas com vista a inovar as mesmas e a controlar devidamente as matérias envolvidas no funcionamento global da área alimentar. Relativamente à cedência dos espaços à Câmara Municipal de Braga e ao ABC, informou que houve uma intensificação dos protocolos no âmbito do evento Braga 2018 - Cidade Europeia do Desporto e que as contrapartidas não são ao nível financeiro, mas sim no patrocínio de várias iniciativas ao nível das escolas secundárias com vista a atrair mais estudantes para a UMinho. No que toca aos trabalhadores, disse que a administração dos serviços está atenta a essas situações e que desde o início do ano 138 trabalhadores foram abrangidos pelo descongelamento das carreiras e 35 foram alvo de deferimento ao abrigo do PREVPAV.

Findo o debate, o Presidente colocou à votação o Relatório de Atividades e o Relatório de Contas dos SASUM os quais foram aprovados por unanimidade.

7. Proposta de Concurso a Projetos de Investigação promovidos pelo Conselho Geral da UMinho - Corpo docente: caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento

O Presidente fez uma breve contextualização da temática, a qual mostrou ser uma preocupação comum a várias universidades. Referiu a existência há alguns anos atrás de ciclos em que houve uma grande abertura



para a admissão maciça de professores, aos quais se seguiram épocas de admissão muito espaçadas no tempo. Deu de seguida a palavra ao proponente do projeto, o Conselheiro Óscar Gonçalves.

O Conselheiro Óscar Gonçalves recordou que a apresentação deste projeto decorre da última reunião do Conselho, na qual sugeriu o lançamento de projetos internos à Universidade para a reflexão do impacto das alterações demográficas, na perspetiva de que estes projetos permitissem uma análise aprofundada da situação e, simultaneamente, dinamizassem o papel do Conselho e da Comunidade Académica em encontrar soluções que possam ajudar a Reitoria a ter respostas mais eficazes para os problemas que se levantarão no futuro. Aludiu à elaboração do edital disponibilizado e informou que a mesma foi realizada com a colaboração dos Conselheiros Manuel Costa e Helena Guimarães. Transmitiu que, para além da elaboração do documento hoje colocado à apreciação do Conselho, fez também diligências no sentido de equacionar o financiamento do projeto junto do Reitor, não tendo, no entanto, sido possível a realização da reunião para esse efeito.

O Reitor recordou que esta preocupação foi transversal às várias listas candidatas à última eleição do Conselho Geral e salientou a ameaça de departamentos que ficarão em breve descapacitados. Da leitura do documento entendeu que o objetivo principal do projeto é realizável, na medida em que partirá da informação estatística que a UMinho detém e que poderá naturalmente disponibilizar. Mencionou que os objetivos seguintes demonstram que se pretende também estudar as tendências demográficas atuais e futuras, pelo que lhe pareceu que deverão ser conjugadas as várias perspetivas para um projeto que seja capaz de incorporar dados demográficos, sociológicos, assim como dados sobre tendências de reconfiguração da oferta educativa e de recomposição do corpo docente das UOEI. Por estas razões, pareceu-lhe importante conhecer as estratégias de desenvolvimento de cada umas dessas unidades, de modo a que estas possam antecipar as áreas em que pretendem apostar. Referiu ainda a necessidade de uma candidatura com equipas multidisciplinares, sendo crucial a determinação dos dados com que se espera que as mesmas trabalhem, assim como a clarificação das fontes de informação a utilizar. No que respeita à materialização do apoio, entendeu não ser competência do Reitor a definição da verba a atribuir ao projeto e colocou dois cenários possíveis, um primeiro onde é conferida a abertura para o Conselho identificar o montante necessário a cada projeto e um segundo onde é concedida uma dotação ao Conselho para assunção destes projetos, criando assim condições para a atividade autónoma.

O Presidente resumiu a intervenção do Reitor e considerou que o projeto integrará elementos distintos: i) verificação e junção dos elementos quantitativos existentes, processo este que não se estima dispendioso e no qual deverá apenas ser feita a afetação dos elementos que recolherão os dados a analisar; ii) precisão dos termos de referência enunciados, com vista a uma melhor definição do resultado que se pretende obter; iii) parcelamento das fases do projeto com vista a tornar a sua execução mais simples e a viabilizar o financiamento do mesmo, na medida em que a disponibilização de uma verba global para o projeto poderá ser mais difícil; iv) para além do estudo demográfico, envolver as UOEI.



O Conselheiro Óscar Gonçalves disse ter entendido da intervenção do Reitor que este gostaria de ver uma melhor clarificação dos objetivos do projeto, no sentido de o balizar de uma forma mais clara, considerando a questão demográfica como sendo o elemento mais simples do estudo na sua caracterização atual e prospetiva. Referiu uma outra perspetiva do estudo respeitante aos objetivos mais reflexivos e interpretativos na análise dos efeitos das alterações demográficas do corpo docente ao nível do ensino, da investigação e da interação com a comunidade, o que implicará o envolvimento com as UOEI, e a projeção de análises sobre aqueles que poderão ser os impactos das diferentes estratégias de rejuvenescimento geracional. Considerou também relevante a preocupação do Reitor em enquadrar a proposta no sentido de apelar para uma reflexão multidisciplinar. Assim, reiterou a proposta de avançar com o estudo no âmbito da caracterização demográfica atual e prospetiva e entendeu que, acolhendo os contributos do Reitor e de outros membros do Conselho, será possível clarificar os objetivos da proposta, assim como das metodologias a dotar. Chamou a atenção para a necessidade de uma negociação rápida dos termos da realização do estudo, de forma a que o projeto seja levado a cabo num horizonte temporal que o torne viável.

A Conselheira Helena Guimarães congratulou-se com a preocupação do Reitor relativamente à interdisciplinariedade dos projetos a concurso, elemento que havia sido tomado em consideração nos critérios de seleção, tendo para o efeito sido atribuída uma ponderação de 60% à interdisciplinariedade da equipa. Sublinhou que deve ser dada liberdade aos investigadores para apresentarem os seus projetos, os quais serão avaliados em função dos critérios previamente definidos, e que é dessa liberdade dos investigadores que poderão surgir propostas diferenciadas de solução para os problemas em estudo.

Terminado o debate, o Conselho pronunciou-se favoravelmente à realização do projeto em apreciação e o Presidente sugeriu aos proponentes o agendamento de uma reunião com o Reitor no sentido de quantificar os valores envolvidos em cada uma das fases do estudo a realizar.

O Presidente deu por terminada a sessão aberta ao público e agradeceu a todos aqueles que, presencialmente ou via transmissão, acompanharam a condução dos trabalhos do Conselho.

1. Funcionamento do Conselho Geral

O Presidente prestou informações sobre as reuniões de início de atividade das Comissões Especializadas, das quais emanaram várias sugestões de projetos e iniciativas a realizar no âmbito de cada uma delas. Informou ainda os Conselheiros da reunião tida com o Provedor Institucional, Prof. Doutor Anibal Alves, e com a Presidente do Conselho de Ética, Prof.^a Doutora Graciete Dias. De seguida deu a palavra ao Conselheiro Luís Amaral para que este procedesse à explicação do projeto de monitorização da execução do plano de atividades do Reitor para o quadriénio 2017-2021.

O Conselheiro Luís Amaral afirmou que o projeto visa dotar o Conselho, no âmbito das competências que são cometidas, de um instrumento que lhe permita acompanhar a implementação das medidas de operacionalização constantes do plano de ação do Reitor para o quadriénio 2017-2021.

Tendo em vista uma maior transparência, o projeto será levado a cabo pela Universidade das Nações Unidas (UNU), sediada em Guimarães. Entendeu tratar-se de um instrumento que permitirá obter a informação considerada relevante para a análise do Conselho no exercício da sua competência de apreciação dos atos do Reitor e do Conselho de Gestão, e que se constituirá como ferramenta auxiliar de trabalho da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros.

Deu a conhecer aos membros do Conselho as diferentes fases do projeto, as quais consistirão nas seguintes ações: 1ª fase) identificação das medidas de operacionalização previstas no Plano de Quadriénio definido pelo Reitor, que se traduzirão na elaboração do plano de monitorização; 2ª fase) definição da estrutura, do conteúdo e do interface do portal onde será disponibilizada a informação sobre o processo de monitorização de cada uma das medidas de operacionalização; 3ª fase) recolha semestral dos indicadores da evolução da execução das medidas a introduzir no portal e a 4.ª fase) elaboração de relatórios semestrais e anuais de monitorização e execução e relatório final.

O Conselheiro Óscar Gonçalves referiu que a proposta merece reflexão e salientou a relevância do acompanhamento das atividades desenvolvidas. No entanto, chamou a atenção para o facto de, para além da quantificação das atividades desenvolvidas, o Conselho ter também a competência de monitorizar a natureza qualitativa das medidas implementadas. Neste âmbito, sugeriu que, para além da parceria com a UNU, fosse lançado um concurso com vista a captar outras formas para a realização desta monitorização.

O Conselheiro Ramón Villares considerou o projeto pertinente, mas entendeu que deverá ser estabelecido um protocolo onde fique definido e bem clarificado de que não se trata de um projeto de investigação, mas sim uma prestação de serviços pela UNU.

A Conselheira Isabel Soares chamou a atenção para o facto de este projeto, bem como o da caracterização demográfica, necessitarem de orçamentação para a sua realização e sugeriu a existência de uma verba atribuída pelo Reitor ao Conselho, para que este possa fazer a gestão da mesma conforme as suas necessidades, sugestão que foi secundada pelo Conselheiro Luís Amaral.

O Conselheiro Ramón Villares entendeu que a questão do financiamento dos projetos deveria ser alvo de apreciação em sede da análise do orçamento para 2019 e disse a sua opinião de que o mais correto seria pedir ao Reitor para disponibilizar os meios necessários à realização desses projetos.

O Presidente deu a sugestão de que, para os projetos que dizem respeito a toda a Universidade, o Reitor fixe uma verba de orientação, o CGeral nomeie um grupo que decide quais as iniciativas horizontais que serão



financiadas por verbas que serão disponibilizadas de imediato, solicitando ao Reitor para averiguar se há alguma verba que possa ser disponibilizada no imediato.

O Presidente colocou à consideração dos proponentes o agendamento de uma reunião com o Reitor para aprofundamento deste assunto, a qual foi aceite pelos intervenientes no processo, os Conselheiros Luis Amaral e Óscar Gonçalves.

2. Apreciação da proposta de criação de subunidade orgânica – Centro de Microssistemas Eletromecânicos (CMEMS)

3. Apreciação da proposta de alteração de designação de subunidade orgânica Centro de Tecnologias Mecânicas e de Materiais (CT2M) para Centro de Engenharia Mecânica para a Sustentabilidade de Recursos (MEtRICs)

O Reitor informou o Conselho de que o Centro de Microssistemas Eletromecânicos (CMEMS) tem como área de atuação os micro/nano-sistemas com aplicações biomédicas e que o mesmo já foi financiado pela FCT e, por razões diversas, esta unidade funcionou sempre na dependência da Reitoria, sendo agora necessário proceder à inserção desta subunidade no órgão próprio.

No respeito à proposta de alteração da designação da subunidade orgânica CT2M, transmitiu que esta decorre da reestruturação da mesma, cujos investigadores transitarão para o MEtRICs, e que esta uma nova designação se aproxima mais do objeto de estudo do Centro.

O Conselheiro Eugénio Ferreira considerou estas propostas como dois momentos importantes para a Escola de Engenharia e para a UMinho. Afirmou ter acompanhado de perto o processo de criação do CMEMS, cujo processo já se alonga há mais de 4 anos, e disse apoiar a criação desta subunidade que classifica de excelente, a qual é composta, na sua maioria, por investigadores pertencentes às áreas da Eng.^a Mecânica e da Engenharia Eletrónica. No que respeita ao MEtRICs, informou tratar-se de uma parceria entre a UMinho e a Universidade Nova de Lisboa na área da segurança alimentar e entendeu que a alteração da designação vai de encontro com a área de atuação do Centro.

O Presidente colocou de seguida à votação as propostas de criação da subunidade orgânica *Centro de Microssistemas Eletromecânicos (CMEMS)* e da alteração de designação de subunidade orgânica Centro de Tecnologias Mecânicas e de Materiais (CT2M) para Centro de Engenharia Mecânica para a Sustentabilidade de Recursos (MEtRICs), as quais foram aprovadas por unanimidade.

4. Proposta de fixação do valor das propinas dos cursos do 1º ciclo e de mestrado integrado para o ano letivo 2018/19

5. Proposta de fixação do valor das propinas para os cursos dos 2º e 3º ciclos de estudos para o ano letivo 2018/19



6. Proposta de fixação do valor das propinas do estudante internacional para o ano letivo 2018/19

Tendo como objetivo agilizar o debate, o Presidente solicitou ao Reitor para que este fizesse a apresentação das várias propostas em simultâneo, pedido que foi acedido.

O Reitor contextualizou as propostas apresentadas para os valores das propinas a vigorar no ano letivo de 2018/2019 nos diferentes ciclos de estudos. No que respeita às propinas do 1º ciclo e mestrado integrado, mencionou que estas são fonte de receita da UMinho, essenciais para garantir a sustentabilidade financeira face ao menor investimento público na Universidade. Referiu ainda que UMinho tem vindo a assumir ao longo de vários anos a não alteração do valor das propinas, tendo em vista minimizar o esforço das famílias.

No caso dos Mestrados e Doutoramentos, recordou que a proposta não considera o grau de mestre como sequência formativa e que fixa vários valores propinas, sendo da responsabilidade das UOEL a decisão de qual o valor a praticar de acordo com a sua atuação.

Relativamente ao Estudante Internacional, referiu que os valores propostos têm em consideração a diferenciação entre áreas mais laboratoriais e as menos laboratoriais, assim como os valores praticados em outras instituições, valores estes que correspondem aos custos reais com a formação de cada estudante.

No que se refere à propina dos Estudantes Internacionais, o Conselheiro Óscar Gonçalves disse entender a política seguida e enfatizou que estas propinas devem ter uma análise diferente daquelas que são propostas para os diferentes ciclos de estudos. Chamou também à atenção de que o valor proveniente destas propinas não deverá ser utilizado para contribuir para o financiamento da Universidade.

O Conselheiro Bruno Gonçalves teceu várias considerações ao posicionamento da UMinho no que respeita à obtenção de receitas próprias por vias das propinas, considerando a existência de uma enorme desresponsabilização do Estado, o qual deveria promover a gratuitidade do ensino. Referiu que os valores pagos pelos estudantes referentes às propinas deveriam ter como principal objetivo a aplicação destes em medidas de ação social, como por exemplo o melhoramento das condições de alojamento, e não o financiamento das instituições de ensino superior. Lançou ainda o repto para a elaboração de um regulamento especial para os estudantes provenientes dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de modo a criar uma melhor política de cooperação.

Findo o debate, o Presidente colocou à votação as propostas de fixação das propinas, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

- Proposta de fixação do valor das propinas de cursos de 1º ciclo e de mestrado integrado para o ano letivo 2018/2019 – aprovada por maioria;
- Proposta de fixação do valor das propinas para o 2º e 3º ciclos de estudos para 2018/2019 – aprovada por maioria;



- Proposta de fixação do valor das propinas do estudante internacional para o ano letivo 2018/2019 – aprovada por maioria.

Os Conselheiros Bruno Gonçalves e Nuno Reis entregaram uma declaração de voto, a qual se encontra anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo III).

O Presidente colocou de seguida à consideração do Conselho a alteração da ordem dos trabalhos, apresentando como justificação o facto de nos pontos 9. e 10. da mesma estar prevista a intervenção do advogado que acompanha os processos o qual, por razões de agenda, não poderá prolongar a sua presença para além das 18h00.

9. Proposta de aquisição de terrenos junto ao Campus de Gualtar (Quinta do Maragato)

O Reitor solicitou ao Conselho autorização para a presença do Administrador da UMinho e do Dr. Miguel Domingues com vista a que estes procedessem à contextualização da situação.

O Dr. Miguel Domingues projetou várias imagens dos terrenos e das moradias em causa e informou os presentes de que, em 2015, o Sr. Fernando Couto começou a vedar toda a parcela do terreno, considerando-se o dono da mesma, tendo o Administrador da UMinho, em resposta a esta ação, vedado também o terreno com recurso à intervenção das autoridades. Referiu-se de seguida às várias fases de expropriações que conduziram à constituição do Campus de Gualtar e descreveu, detalhadamente, as diferentes atuações que deram origem ao atual litígio.

O Conselheiro Óscar Gonçalves elogiou a forma cuidadosa como o Conselho de Gestão e o Reitor instruíram o processo e agradeceu a presença do Dr. Miguel Domingues. Referiu que da leitura da documentação disponibilizada lhe parecia que a avaliação do terreno estava ainda a ser realizada, tendo agora ficado claro que a compra irá ser realizada pelo valor de mercado. Face à fragilidade dos sucessivos processos de expropriação descritos, mostrou alguma apreensão sobre a eventualidade de um dia o legítimo proprietário se apresentar para tomar posse desta parcela. Por último, interpelou o Reitor no sentido de saber se a Universidade recorrerá a financiamento bancário para proceder a esta aquisição.

O Dr. Miguel Domingues disse existir um sistema de cadastro falível, assim como algumas fragilidades nas medições, mas a UMinho reconhece o Senhor Fernando Couto como o atual dono desta parcela e propõe-lhe a sua aquisição, ficando assim legítima proprietária da mesma. Disse ainda estar convicto de que a decisão do tribunal será favorável à UMinho.

No que respeita ao financiamento, o Reitor informou que não haverá recurso a financiamento bancário e que os 250.000 € serão pagos em dois anos.

Findo o debate, o Conselho deliberou, por unanimidade, apresentar ao Conselho de Curadores a proposta de aquisição da parcela de terreno e das moradias a ele contíguas.

10. Proposta de aquisição do edifício do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa

O Reitor expôs ao Conselho a importância para a UMinho da aquisição deste imóvel, no quadro das suas atividades de investigação na área dos Biomateriais, Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, assim como a sustentabilidade do negócio a concretizar. Salientou o facto de esta aquisição vir reforçar o património da Universidade e de se tratar de uma oportunidade única, na medida em que será possível adquirir uma infraestrutura de elevada qualidade por cerca de 1M€, quando o valor imobiliário da mesma ascende a aproximadamente 5 M€. Informou ainda que a UMinho ficará com a gestão global do edifício, desde o momento da escritura de compra e venda.

O Conselheiro Óscar Gonçalves elogiou a instrução cuidadosa do processo, assim como a boa oportunidade de negócio para a UMinho. Mostrou alguma preocupação com a posição da PortusPark no negócio, mas o Reitor informou que a esta entidade encontrou neste negócio um conjunto de oportunidades que a beneficiarão e lembrou que o negócio se celebrará entre a UMinho, a PortusPark e a Câmara Municipal de Guimarães.

O Conselheiro Eugénio Ferreira recordou que a compra representa para a UMinho um custo de apenas 20%, dado que os restantes 80% serão financiados por fundos estruturais. Referiu-se de seguida ao facto de em 2009, ter sido acordado com a então Reitoria e os responsáveis I3Bs – Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos condições de pagamento de overheads em apenas 5% no que se refere aos custos com água, luz, correio e custos de manutenção (restantes unidades pagam 25%). Disse ser o seu entendimento de que, passando a UMinho a ser detentora do edifício, a política de overheads deverá ser idêntica aquela que é praticada nas restantes unidades.

O Conselho deliberou, por unanimidade, remeter ao Conselho de Curadores a aquisição do edifício, nos termos em que esta foi apresentada.

O Presidente retomou a ordem dos trabalhos e solicitou a presença do Administrador dos SASUM para a apreciação dos pontos 7. e 8. da agenda.

7. Proposta de alteração aos Estatutos dos SASUM

O Administrador dos SASUM expôs ao Conselho as razões pelas quais foi entendido proceder à alteração dos Estatutos e do Regulamento Orgânico dos SASUM, as quais se prendem, essencialmente, com a adequação dos mesmos à atual natureza jurídica da UMinho e traduzir a realidade dos Serviços e a sua orientação estratégica para os próximos anos, com vista à gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis. Apresentou de seguida um breve resumo de cada um dos documentos, enfatizando as principais alterações neles introduzidas.

O Conselheiro Joaquim Rocha disse ser o seu entendimento que o poder disciplinar deverá ser exercido pelo Reitor e não pelo Administrador dos Serviços, dado que não deve ser alguém tão próximo do sindicato a



exercer a exercer poder sobre ele. Recordou que a autonomia dos SASUM é apenas administrativa e financeira, não possuindo autonomia disciplinar.

Após algum debate, foi entendimento do Conselho de que será necessário proceder à revisão de alguns aspetos dos documentos apresentados, e deliberou que os pontos 7. Proposta de alteração aos Estatutos dos SASUM e 8. Proposta de alteração do Regulamento Orgânico dos SASUM serão diferidos para a próxima reunião do órgão.

11. Conselho de Ética – proposta do Reitor, nos termos do n.º 2 do art.º 72.º dos Estatutos da UMinho

O Reitor fez distribuir um documento no qual apresentou a proposta das individualidades a integrar o Conselho de Ética e informou que as mesmas haviam sido contactadas e todas elas aceitaram o convite.

Após algum debate em torno das notas biográficas das várias individualidades, a proposta apresentada foi aprovada por maioria, tendo-se verificado uma abstenção.

O Presidente agradeceu a todos os Conselheiros e ao Reitor as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou findos os trabalhos pelas 18:50 horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente,



A Secretária,





Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião Plenária nº 03/2018

21/05/2018

| Nome | Rubrica |
|---|---------|
| Álvaro Iriarte Sanromán | |
| Bruno Alexandre Rocha Gonçalves | |
| Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira | |
| Inês da Costa e Silva | |
| Isabel Maria Costa Soares | |
| João José Fernando Araújo Cardoso Cerqueira | |
| Joaquim Manuel Freitas da Rocha | |
| José Gonçalves Teixeira | |
| Luís Alfredo Martins Amaral | |
| Luís Francisco Valente de Oliveira | |
| Manuel Carvalho da Silva | |
| Manuel João Tavares Mendes Costa | |
| Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho | |
| Maria Helena Almeida Silva Guimarães | |
| Maria José Arantes Costa | |
| Nuno Henrique Vieira Reis | |
| Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves | |
| Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink | |
| Paula Araújo Pereira da Silva | |
| Ramón Villares | |
| Rui Manuel Silva Ralha | |
| Sandra Cristina Almeida Paiva | |
| Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares | |

Declaração de Voto

Fixação do Valor de Propinas

1º, 2º e 3º ciclos

Representantes dos estudantes no Conselho Geral

O artigo 29º, alínea g), dos Estatutos da Universidade do Minho estabelece que cabe ao Conselho Geral, sob proposta do Reitor, fixar o valor de propinas a praticar na instituição, para os diferentes graus e ciclos, devidamente acompanhada pelo parecer do Senado Académico.

Tendo o Senado Académico apreciado positivamente esta proposta, os estudantes presentes nesse órgão apreciaram negativamente a proposta apresentada, apresentando a respetiva declaração de voto.

A proposta apresentada ao Conselho Geral, contempla a manutenção dos valores de propina para os primeiros, segundos e terceiros ciclos de estudo, nas diferentes Escolas e Institutos.

Num contexto em que o orçamento para o Ensino Superior se apresenta num quadro de de subfinanciamento crónico e em que a exigência perante as condições de Ensino e de prestação de serviços à comunidade é cada vez mais um fator distintivo para o sucesso da missão das Instituições, os representantes dos estudantes no Conselho Geral compreendem a decisão do Reitor em não propor o aumento do valor da propina para qualquer ciclo de estudos, Instituto ou Escola da Universidade do Minho.

É necessário que a responsabilidade introduzida em torno das Instituições de Ensino Superior, nomeadamente no que diz respeito à captação de receitas próprias e de uma rigorosa gestão do seu património, seja também canalizada para o Estado. Um Estado onde o Ensino Superior deverá ser uma prioridade orçamental, cumprindo, assim, o disposto no artigo 74º da Constituição da República Portuguesa que transfere para o Estado o ónus da responsabilidade da realização da política de Ensino, estabelecendo uma progressiva gratuidade em todos os seus graus.

Em cerca de 25 anos, o valor de propina passou de 6,00€ para um teto máximo de 1063,00€, previsto na lei, sempre com os vários pressupostos de que aplicação destas receitas permitiria alargar e estruturar o modelo de Ação Social no Ensino Superior, nomeadamente através da construção de residências, bem como o aumento da concessão de bolsas de estudo.

Atentando nos diferentes sistemas de financiamento do Ensino Superior e da própria Ação Social Escolar, ao longo da União Europeia, verificamos que mais de 50% dos estudantes europeus não pagam propinas, beneficiando, largamente, de sistemas de Ação Social com coberturas muito superiores à disponibilizada pelo Estado Português. Nos vários leques de países, verifica-se a existência de um único grupo onde o pagamento de propinas é generalizado e condição obrigatória e, por outro lado, a cobertura do sistema de ação



social é mínima (perto de 20%). Nesse grupo estão países como a Suíça, Bélgica e Holanda, com rendimentos médios das famílias muito superiores e menos desiguais.

De acordo com a média dos estados-membro da UE, existem cerca de 60% de estudantes com 20 anos, inscritos no Ensino Superior. Em Portugal, essa média anda perto dos 40%, num País onde a propina é um obstáculo e a cobertura de ação social é mínima e serve, largamente, para financiar o pagamento destas taxas às famílias mais carenciadas.

Por outro lado, continuam a ser discriminados os estudantes que procuram continuar os seus estudos para além da licenciatura, sendo-lhes proposto um valor de propina que contradiz os desígnios da evolução e inovação, promovidos pelas diferentes Instituições e pelo Governo. A não uniformização do valor da propina só pode ser entendida como um desencorajamento à continuidade dos estudos dos jovens portugueses e das suas famílias, que os representantes da comunidade estudantil, em sede de Conselho Geral da Universidade do Minho, não poderão aceitar.

Não aceitamos que os agregados familiares, nos quais se incluem os estudantes-trabalhadores, continuem a suportar um papel que deverá ser do Estado. Não podemos aceitar que as condições de acesso e permanência no Ensino Superior se julguem mediante a capacidade financeira do estudante, mas sim em função da sua vontade e capacidade para continuar os estudos.

Entendemos ainda, que a Universidade do Minho, na medida das suas possibilidades e autonomia, deva, por iniciativa própria, iniciar um processo gradual de estudo com vista à redução do valor da propina afeta aos diferentes ciclos, assumindo, desta forma, uma posição de destaque na defesa intransigente dos seus alunos e da sua comunidade.

Com uma nota de reconhecimento pelo esforço do Reitor e da Universidade do Minho em não atualizar as propinas, pela sexta vez consecutiva, os representantes dos estudantes no Conselho Geral apresentam o seu voto contrário à proposta de manutenção do valor das propinas para o primeiro ciclo e mestrado integrados, bem como dos segundo e terceiro ciclo de estudos, deixando o compromisso de que continuaremos a lutar por um Ensino Superior mais justo e inclusivo, onde se cumpra Portugal.

Os representantes dos estudantes no Conselho Geral,
Nuno Henrique Reis
Bruno Alexandre Gonçalves

Guimarães, 21 de maio de 2018.

